

RESENHA:

PERSPECTIVAS COMPARADAS DE PROCESSOS AVALIATIVOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ana Lucia Kapczynski¹

TAUCHEN, Gionara; FÁVERO, Altair Alberto (Orgs.). **Avaliação do Ensino Superior: perspectivas comparadas**. Curitiba: CRV, 2018.

De natureza qualitativa e de caráter documental, bibliográfico e exploratório, o livro *Avaliação do Ensino Superior: perspectivas comparadas*, organizado por Gionara Tauchen e Altair Alberto Fávero, publicado pela CRV em 2018, é composto por sete capítulos escritos por autores/as que discutem a pesquisa comparada em Educação Superior, com foco nos retratos da avaliação a partir dos marcos legais e das políticas de acreditação de qualidade. A obra correlaciona mecanismos regulatórios globais e locais do Brasil, México, Cabo Verde, Inglaterra e Portugal e compara contextos particulares de alguns educandários entre si. Da legislação brasileira, enfatiza-se o SINAES, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Lei nº 10.681/2004, vinculado ao Ministério da Educação e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições (gestão, corpo docente e instalações), dos cursos (ensino, pesquisa e extensão) e do desempenho dos/as estudantes (responsabilidade social). Além de avaliar, o SINAES visa melhorar a qualidade do Ensino Superior, orientar a expansão da oferta, subsidiar os processos de regulação, respeitando a identidade e a autonomia de cada instituição (BRASIL, 2004).

A tônica das reflexões do livro gira em torno da dicotomia responsabilidade social e mercantilização da Educação Superior. As ideologias que perpassam as políticas hegemônicas e globalizadas enfraquecem os Estados-nações, o caráter público da educação e a formação cidadã. O modelo empresarial de organização, formas de acesso e gestão faz com que a ampliação da oferta ponha em questão a qualidade, os currículos e as metodologias de ensino.

Percebe-se, no cenário internacional, a predominância de políticas centradas na ideia de formação profissional rentável, em detrimento das humanidades, desconsiderando que a internacionalização da educação não se resume na interdependência econômica. Os estudos comparados em educação, potencializados pelas Ciências Sociais e Humanas, apresentam-se como movimento de resistência ao modelo positivista de ciência e dos organismos internacionais, como veículo de consolidação dos territórios indenitários supranacionais e infranacionais, a fim de

¹ Mestra em Educação pela Universidade de Passo Fundo e professora da rede municipal de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. anakapczynski@gmail.com

expressar diferenças significativas na concepção de sujeito e objeto, natureza e cultura, particular e universal, local e global (p. 9).

No capítulo I, *Pesquisas em educação comparadas e avaliação*, Gionara Tauchen, Catia Piccolo Viero Devechi e Albino Luciano Silva citam dados históricos e epistemológicos da educação comparada e analisam o enfoque quantitativo presente nas orientações e ações dos organismos internacionais. Com a ampliação das políticas indutoras e de controle, os Estados concentram a legitimidade de administração dos instrumentos de avaliação, de definidores, orientadores e executores da política nacional de Educação Superior, tomando a qualidade da educação como objeto de interesse público, tornando-se necessário avançar para o campo da hermenêutica. Em confronto com o enfoque qualitativo das abordagens sócio-históricas, o estudo sugere a necessidade de pesquisas em multiníveis: transnacional, nacional, intranacional, local, institucional e no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem.

No capítulo II, *A valorização da qualidade na avaliação da educação superior: dialogando com os marcos legais*, Celia Maria Haas e Fernanda de Cássia Rodrigues Pimenta examinam a Lei 10.681/2004, as disputas e tensões inerentes à implantação do SINAES, os quesitos Avaliação e Qualidade, com base nas orientações previstas na Constituição Federal de 1988. O texto resgata elementos do percurso histórico da Avaliação da Educação Superior brasileira e analisa o conceito de qualidade previsto pela legislação em vigor. As autoras concluem que o SINAES tornou a avaliação sistemática e articulada. Contudo, o conceito de qualidade tem sido imposto pelo Poder Público em relação às instituições e os cursos de modo unívoco, ocultando as diferentes arenas políticas que constituem o setor público e privado, os interesses singulares e as diferentes concepções de Educação Superior. Essa política encontra-se em construção, exigindo atenção e revisão, tanto conceitual, dos procedimentos, quanto dos indicadores de critérios de qualidade.

No capítulo III, *Retratos da avaliação do ensino superior: os casos de Brasil, Portugal e Inglaterra*, Mariana Gaio Alves, Georgia Sobreira dos Santos Cêa, Camila Ferreira da Silva e Rodrigo de Macedo Lopes partem da tese da interdependência entre educação e economia, a emergência da relação entre a homogeneidade dos modelos abstratamente universais de avaliação e a heterogeneidade própria das experiências em cada contexto nacional. Os cenários de avaliação do Ensino Superior dos países citados constituem o eixo central do texto, com o objetivo de reunir informações da regulação estatal e supranacional dos sistemas de avaliação para compará-los, incluindo o SINAES do Brasil, o Sistema de Avaliação e Acreditação de Portugal, coordenado pela Agência de Avaliação e Acreditação da Educação Superior, uma fundação de direito privado, e o *Teaching Excellence Framework* (TEF) do Reino Unido.

O capítulo contextualiza as conjunturas do Ensino Superior nos três países estudados, com vistas a compreender os procedimentos de avaliação nos aspectos de princípios, órgãos envolvidos, objetivos e resultados. Observa-se que a expansão do Ensino Superior veio marcada pela tendência da massificação, diversificação das funções acadêmicas e de arranjos institucionais, resumida na Teoria do Capital Humano. Na comparação dos dados obtidos conclui-se que a prática avaliativa, ainda que com ênfases distintas, ao invés de fundamentar diagnósticos que auxiliem os Estados nacionais a reformular e reorganizar o Ensino Superior como direito social, a capacitação de sujeitos para a ocupação de postos na divisão técnica e social do trabalho, promove e estimula a competitividade para o setor, reforça a desobrigação do Estado com políticas de acesso e permanência de estudantes e de planos de carreira para profissionais da área.

No capítulo IV, *O papel formativo da avaliação institucional: análise comparativa de duas universidades comunitárias do sul do Brasil*, Altair Alberto Fávero, Marcio Trevisol e Rogério

Augusto Bilibio comparou aspectos formativos da avaliação institucional de duas entidades comunitárias, a Universidade de Passo Fundo (UPF) e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Os autores reúnem dados oficiais da avaliação interna de 2017, das duas instituições, com a intenção de sistematizar os procedimentos realizados por cada uma e entender se os resultados são potencializados para realizar uma ação formativa e processos consistentes de planejamento de suas metas e das políticas institucionais em longo prazo, com vistas à responsabilidade social. Constatou-se que os PDIs de ambas as universidades correspondem às demandas regionais, que a Avaliação Institucional segue as orientações do SINAES e faz deste um importante instrumento formativo ao revisar as ações de pesquisa, ensino, extensão e gestão, revertendo-se no compromisso com a qualidade da educação. Os autores concluíram que a concorrência de mercado ameaça corroer a perspectiva comunitária dessas instituições, pois a busca da sustentabilidade financeira forçam estas universidades a adotar o eixo econômico-financeiro como organizador das políticas institucionais.

No capítulo V, *Políticas de acreditación de la calidad y la evaluación de egresados y Estudiantes. El caso de pedagogía-ciencias de la educación em México*, Jaime Moreles Vázquez, professor e pesquisador mexicano discute as atuais políticas de Avaliação da Qualidade da Educação Superior (ES) do México pelo recorte do desempenho de egressos/as dos Cursos de Pedagogia-Ciências da Educação no Exame Geral de Egressos de Licenciados (EGEL), um dos mecanismos instrumentais de avaliação externa, vinculado ao Centro Nacional de Avaliação da Educação Superior (Ceneval). Vázquez questiona em que medida estes testes retratam a qualidade do ensino nas linhas de ação correspondentes. Na primeira parte apresenta iniciativas de Educação Superior relacionadas com a avaliação e acreditação de qualidade, a avaliação de estudantes e a criação de um corpo *ad hoc*. Destaca a idealização dos testes padronizados, de grande escala, que têm sido aplicados no México e outros países da América Latina e do mundo, constituindo uma cultura de indicadores da qualidade da educação. Na sequência, o autor salienta do mapa do EGEL-EDU aspectos significativos dos dados nacionais e locais e apresenta alguns tópicos como agenda de discussão, incluindo a retração do Estado nas políticas públicas, obra do projeto ideológico do modelo econômico neoliberal, a concepção de qualidade educativa, a diminuição do financiamento do ensino e da pesquisa, os indicadores de avaliação externa e o conteúdo das questões aplicadas nas provas.

No capítulo VI, *A avaliação regulatória da educação superior no SINAES: estado do conhecimento nas regiões brasileiras*, Lilliane Gontan Timm Della Méa, Marco Aurélio Antunes Della Méa, Adriana Moreira da Rocha Veiga e Francisco Nilton Gomes de Oliveira compartilham resultados inéditos de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, com mapeamento da produção acadêmica brasileira sobre a avaliação da Educação Superior no período de 2013 a 2016 para entender a repercussão da política do SINAES na produção científica na área da educação. Os dados foram obtidos de três repositórios nacionais de busca a partir da categoria de análise "Avaliação da Educação Superior", incluindo resumos do banco de teses da CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), trabalhos apresentados na Associação FORGES (Fórum da Gestão de Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa) e artigos publicados na Revista de Avaliação da Educação Superior (RAIES). Do estudo inferiu-se que o tema ainda é pouco investigado no panorama nacional, predominando nas regiões sudeste e sul do Brasil, e há necessidade de grupos de pesquisa, em rede nacional, para reunir, organizar e analisar os dados em diferentes aspectos.

No capítulo VII, *la evaluación de los aprendizajes en educación superior: fragmentos de un mapa de visibilidad de la discapacidad*, Aristeo Santos López e Marisa Fátima Roman criticam o método de avaliação de estudantes com deficiência que frequentam a Universidade Autônoma do Estado do México (UAEMéx). Os dados dessa análise qualitativa sucedem de entrevistas concedidas por estudantes com deficiências motora e visual e das percepções de discentes e docentes que vivenciam experiências de inclusão. López e Roman enumeram lacunas nas políticas de educação inclusiva e constataam que muitas demandas interligadas permeiam a proposta de uma formação abrangente, cidadã e de acordo com as exigências de uma carreira profissional. Incluir não se resume em assegurar vagas e aprovar nos testes de classificação padronizados. É preciso que se façam os ajustes necessários dos cursos à inserção laboral, como suporte tecnológico e novas modalidades de trabalho que viabilizem a estabilidade nas carreiras. A facilitação do acesso de vagas não torna a política eficiente, visto que a garantia de permanência nos cursos e o treinamento holístico dependem da readequação da gestão, do currículo, da formação de profissionais especializados, de estruturas e materiais condizentes aos diferentes tipos de deficiências, de recursos tecnológicos e de mobilidade que possam potencializar a aprendizagem e a reformulação dos postos de trabalho. Tendo em vista que a sociedade espera e reclama uma função eminentemente social da universidade pública, o estudo revela que a avaliação é deficitária, centrada na aprovação e na visão “humana” da inclusão, no discurso fragmentado do que é avaliação, suas fases e seus conceitos, enquadrado nas exigências de um curso padrão do ensino regular e deficitário em valores democráticos.

A obra *Avaliação do Ensino Superior: perspectivas comparadas* expõe importantes contribuições à qualificação das políticas educacionais e às ações das instituições e dos Estados, pois apresenta reflexões importantes da pesquisa comparada em Educação Superior, em diferentes pontos de vista e enfoques temáticos. No processo de internacionalização, a avaliação se encontra em meio a dois propósitos paradoxais, pois cumpre fins de política (responsabilidade social) e de mercado (lucratividade). A avaliação padronizada tornou-se critério de regulação dos sistemas educacionais no contexto de assimetria entre os dados quantitativos e qualitativos, evidenciando a necessidade de pesquisas comparadas entre local e global, missão das IES (públicas, filantrópicas com ou sem fins lucrativos), para identificar semelhanças e diferenças entre as unidades e a complexidade que envolve os fenômenos educacionais, verificar se as políticas de avaliação unilaterais oferecem dados seguros para quantificar, em conceitos, a qualidade dos cursos, entre outras demandas perceptíveis quando se enfatiza a contextualização dos indicativos nacionais às realidades particulares.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Lei nº 10.681/2004** que trata do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília: MEC/INEP, 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes>. Acesso em 11/12/18.

TAUCHEN, Gionara; FÁVER, Altair Alberto (org.). **Avaliação do Ensino Superior: perspectivas comparadas**. Curitiba: CRV, 2018 (Coleção Avaliação do Ensino Superior, volume 3)